

## Tradução

**GARFINKEL, H. O que é etnometodologia? In: \_\_\_\_\_ . Studies in ethnomethodology. Cambridge: Polity Press, 1996 [1967]. Cap. 1. p. 1-341.<sup>1</sup>**

### Créditos da tradução

A tradução foi feita pela empresa Actra Traduções, na pessoa de Aduino Vilella (diretor e tradutor), e o estabelecimento do texto final, pelos professores Dr. Paulo Cortes Gago (Departamento de Letras) e Dr. Raul Francisco Magalhães (Departamento de Ciências Sociais), da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Revisão técnica e estabelecimento do texto final: prof. Dr. Paulo Cortes Gago e prof. Dr. Raul Francisco Magalhães

### Apresentação da tradução<sup>2</sup>

Paulo Cortes Gago e  
Raul Francisco Magalhães

Apresentamos ao público brasileiro a tradução do primeiro capítulo da obra seminal, *Studies in Ethnomethodology* (Estudos de Etnometodologia), escrita pelo sociólogo Harlod Garfinkel (1917-2011) e publicada pela primeira vez em 1967. Garfinkel já era então professor da Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA), onde desenvolveu a maior parte de sua carreira e tornou-se professor emérito.

O capítulo em questão – “O que é etnometodologia?” pode ser entendido como o estudo que lança a pedra angular do programa etnometodológico: a idéia, contida na famosa passagem, de que “as atividades pelas quais os membros produzem e gerenciam situações de afazeres cotidianos organizados são idênticas aos procedimentos empregados pelos membros para tornar essas situações relatáveis” (1996 [1967], p. 1). Esse aforismo vem sendo estudado e discutido desde então como um programa de investigação microssociológica das estruturas da ação social. Ele gerou inúmeros desdobramentos, dentro e fora da teoria sociológica, sendo o mais eloquente a *análise da conversa*, derivada da leitura sociolinguística do trabalho que Garfinkel.

A versão que utilizamos aqui é 6ª reimpressão do livro, de 1996. A obra original reúne no total oito capítulos, que podem ser desmembrados como oito estudos independentes sem que haja prejuízo de compreensão, embora todos concorram para apresentar um mesmo

programa etnometodológico, que esperamos em tempo relativamente breve disponibilizar por inteiro para os leitores da língua portuguesa. Boa leitura!

Os estudos a seguir buscam tratar atividades práticas, circunstâncias práticas e raciocínio sociológico prático como tópicos de estudo empírico e, ao dedicarem às atividades mais comuns do cotidiano a atenção usualmente dispensada a eventos extraordinários, procuram estudá-las como fenômenos em si. A recomendação central desses estudos é a de que as atividades pelas quais os membros produzem e gerenciam situações de afazeres cotidianos organizados são idênticas aos procedimentos empregados pelos membros para tornar essas situações relatáveis. O caráter “reflexivo” ou “encarnado” de práticas de relato e dos próprios relatos forma o cerne da recomendação. Quando falo de relatável, meus interesses direcionam-se para questões como as seguintes: eu quero dizer observável-e-relatável, ou seja, disponível para os membros como práticas situadas de olhar-e-dizer. Quero dizer, também, que tais práticas consistem em uma realização sem fim, contínua, contingente; que elas são conduzidas e feitas acontecer sob os auspícios dos mesmos afazeres ordinários que, ao organizá-las, as descrevem; que as práticas são realizadas pelas partes daquelas situações, de cuja habilidade, conhecimento e direito ao funcionamento detalhado daquela realização (sua competência) elas obstinadamente dependem, reconhecem, usam e tomam como dados; e o fato de que aceitam sua competência sem questionar em si fornece às partes as características distintivas e específicas de uma situação e, é claro, fornece também recursos, problemas, projetos e todo o resto.

Helmer e Rescher<sup>3</sup> resumiram algumas características estruturalmente equivocadas dos métodos e resultados obtidos por pessoas que fazem sociologia, leigas e profissionais, para tornarem observáveis atividades práticas. Os autores observam que as prescrições são “como-lei”, restritas espaço-temporalmente e “frouxas”, quando os relatos dos membros de atividades cotidianas são usados como prescrições para localizar, identificar, analisar, classificar, e para tornar reconhecível ou para

orientar-se em ocasiões comparáveis. Por “frouxa”, entende-se que, embora sejam intencionalmente condicionais em sua forma lógica, “a natureza das condições é tal que, freqüentemente, não podem ser completa ou inteiramente explicadas”. Os autores citam como exemplo uma declaração do século XVIII sobre táticas de navegação à vela. Eles apontam que a declaração, como condição de teste, faz referência ao estado da artilharia naval.

Ao elaborar as condições (sob as quais tal declaração se sustentaria) o historiador delinea o que é típico do lugar e do período. As implicações completas de tal referência podem ser vastas e inesgotáveis; por exemplo... a artilharia logo se ramifica, via tecnologia de trabalhar metal, em metalurgia, mineração, etc. Assim, as condições que são operativas na formulação de uma lei histórica podem, apenas, ser indicadas de uma forma geral, e não são, necessariamente, articuladas de forma exaustiva, na maioria das vezes, na verdade, não se pode esperar de fato que o sejam. Essa característica de tais leis é aqui designada como frouxidão...

Uma conseqüência da frouxidão de leis históricas é não serem universais, mas meramente quase-gerais, no sentido de que admitem exceções. Uma vez que as condições que delimitam a área de aplicação da lei são freqüentemente não-articuladas de forma exaustiva, uma suposta violação da lei pode ser explicável pela demonstração de que uma precondição legítima, mas até então não-formulada, não é satisfeita no caso em consideração.

Considere-se que isso vale em qualquer caso *específico*, e vale não por causa do sentido da “quase-lei”, mas por causa das práticas específicas e reais dos investigadores.

Além disso, Helmer e Rescher apontam que,

Pode-se considerar que as leis contêm uma advertência tácita do tipo “usualmente” ou “mantendo-se constantes todos os outros fatores”. Uma lei histórica não é, assim, estritamente universal, visto que deveria ser considerada aplicável a todos os casos dentro do alcance de suas condições explicitamente formuladas ou formuláveis; pelo contrário, pode-se considerar que ela formula relações que prevalecem em geral, ou melhor, que prevalecem “como regra”.

Chamaremos tal “lei” de quase-lei. Para que a lei seja válida, não é necessário que nenhuma exceção aparente ocorra. É necessário apenas que, se uma exceção aparente ocorrer, que seja apresentada uma explicação adequada, que demonstre a característica excepcional do caso em questão e que estabeleça a violação de uma condição apropriada, até então não formulada, da aplicabilidade da lei.

Essas e outras características podem ser citadas pela força com que descrevem práticas de relato dos membros. Assim: (1) Sempre que um membro precisa demonstrar que determinado relato analisa uma situação real, ele invariavelmente faz uso de

práticas de “et cetera”, “a menos que” e “deixa pra lá” para demonstrar a racionalidade de sua realização. (2) O caráter preciso e sensato da questão que está sendo relatada é estabelecido por uma indicação que narrador e ouvinte fazem um ao outro de que cada um dará ao outro quaisquer entendimentos não declarados que se façam necessários. Muito, portanto, do que é realmente narrado não é mencionado. (3) Durante o tempo de sua produção, os relatos podem exigir que o “ouvinte” esteja disposto a aguardar por aquilo que será dito, para que a significância presente do que foi dito torne-se clara. (4) Tal como conversas, reputações e carreiras, as particularidades dos relatos são construídas, passo a passo, a partir de seus usos reais e as referências a eles. (5) Para adquirir sentido, os materiais de um relato dependem fortemente de seu posicionamento serial, de sua relevância para os projetos de quem ouve ou do desenrolar das ocasiões organizacionais de seu uso.

Em resumo, o sentido (ou o fato) reconhecível, ou o caráter metódico, ou a impessoalidade, ou a objetividade dos relatos não são independentes das ocasiões socialmente organizadas de seus usos. Suas características racionais consistem no que os membros fazem com os relatos, no que “entendem” deles nas ocasiões reais socialmente organizadas de seus usos. Os relatos dos membros estão reflexiva e essencialmente vinculados, pelas suas características racionais, às ocasiões socialmente organizadas de seus usos, visto que são *características* das ocasiões socialmente organizadas de seus usos.

Esse vínculo estabelece o tópico central de nossos estudos: a relatabilidade racional das ações práticas enquanto realização prática contínua. Quero especificar o tópico revisando três de seus fenômenos problemáticos constituintes. Sempre que estudos de ação prática e raciocínio prático estão em questão, eles consistem no seguinte: (1) na distinção programática não satisfeita e na substituíbilidade entre expressões objetivas (livres de contexto) e expressões indexicais; (2) na reflexividade essencial “desinteressante” de relatos de ações práticas; e (3) na analizabilidade de ações-em-contexto enquanto realização prática.

### **A distinção programática não satisfeita entre expressões objetivas e expressões indexicais e sua substituíbilidade**

As propriedades exibidas por relatos (por serem elas características das ocasiões socialmente organizadas de seus usos) estão disponíveis em

estudos de lógicos como propriedades de expressões e sentenças indexicais. Husserl<sup>4</sup> falava de expressões cujo sentido não pode ser decidido por quem ouve sem que, necessariamente, este saiba ou presuma algo sobre a biografia e os propósitos do usuário da expressão, sobre as circunstâncias da elocução, sobre a trajetória prévia da conversa ou a relação específica de interação real ou potencial que existe entre quem se expressa e quem ouve. Russel<sup>5</sup> observou que as descrições que as envolviam aplicavam-se, em cada ocasião de uso, a apenas uma coisa, porém, a coisas diferentes em ocasiões diferentes. Tais expressões, escreveu Goodman<sup>6</sup>, são usadas para fazer proposições inequívocas cujo valor de verdade, não obstante, parece mudar. Cada uma de suas elocuições, “expressões”, constitui uma palavra e se refere a uma determinada pessoa, tempo ou lugar, nomeia algo não nomeado por alguma réplica da palavra. Sua denotação é relativa ao falante. Seu uso depende da relação do usuário com o objeto do qual a palavra trata. O tempo, para uma expressão indexical temporal, é relevante para aquilo que nomeia. De forma semelhante, a região exata que uma expressão indexical espacial nomeia depende da localização de sua elocução. Expressões indexicais e proposições que as contêm não podem ser livremente repetidas; em um dado discurso, nem todas as réplicas são também traduções delas. A lista pode ser estendida indefinidamente.

Existe uma concordância virtualmente unânime entre estudantes do raciocínio sociológico prático, leigos e profissionais, sobre as propriedades de expressões indexicais e de ações indexicais. Existe também uma concordância impressionante (1) que, embora expressões indexicais “tenham enorme utilidade”, elas são “incômodas para um discurso formal”; (2) que a distinção entre expressões objetivas e expressões indexicais não é procedimentalmente apropriada, mas é inevitável para qualquer um que faça ciência; (3) que sem a distinção entre expressões objetivas e indexicais, e sem o uso preferencial de expressões objetivas, os êxitos de investigações científicas rigorosas e generalizantes – lógica, matemática, algumas das ciências físicas – são ininteligíveis, as vitórias iriam fracassar, e as ciências inexatas teriam que abandonar suas esperanças; (4) que as ciências exatas são distinguíveis das ciências inexatas pelo fato de que, no caso das ciências exatas, a distinção entre expressões objetivas e expressões indexicais, e a substituição de umas pelas outras para a formulação de problema, métodos, achados, demonstração adequada, evidência adequada e todo o resto é tanto uma tarefa real quanto uma realização real, enquanto que, no caso das ciências inexatas, a

disponibilidade da distinção e da substituíbilidade de tarefas, práticas e resultados reais permanecem imperceptivelmente programática; (5) que a distinção entre expressões objetivas e indexicais, na medida em que essa distinção é composta pelas tarefas do investigador, seus ideais, suas normas, recursos, realizações e todo o resto, descreve a diferença entre as ciências e as artes, por exemplo, entre a bioquímica e o documentarismo cinematográfico; (6) que termos e sentenças podem ser distinguidos reciprocamente de acordo com o procedimento de avaliação, que torna seus caracteres decidíveis como expressões indexicais ou objetivas; e (7) que em qualquer caso específico, apenas dificuldades práticas impedem a substituição de uma expressão objetiva por uma expressão indexical.

As características das expressões indexicais motivam estudos metodológicos incessantes, direcionados a sua solução. De fato, as tentativas de livrar as práticas científicas desses incômodos conferem, a cada ciência, seu caráter distintivo de preocupação e produtividade em relação a questões metodológicas. Estudos empreendidos por pesquisadores profissionais das atividades práticas de uma ciência qualquer proporcionam-lhes ocasiões incontáveis de lidar, de forma rigorosa, com expressões indexicais.

São incontáveis as áreas nas ciências sociais, em que a prometida distinção e a prometida substituíbilidade ocorrem. As prometidas distinção e substituíbilidade são sustentadas por imensos recursos (e elas próprias os sustentam) direcionados a desenvolver métodos para análises robustas de ações práticas e de raciocínio prático. As aplicações e os benefícios prometidos são imensos.

Não obstante, *sempre que ações práticas são tópicos de estudo*, a prometida distinção e substituíbilidade de expressões objetivas por indexicais permanece programática em todo caso *específico* e em toda ocasião real, na qual a distinção ou a substituíbilidade devem ser demonstradas. Em todo caso real, sem exceção, serão mencionadas condições, cujo reconhecimento demandará um investigador competente, tal que, *naquele* caso específico, os termos da demonstração possam ser relaxados e, contudo, a demonstração ainda será considerada adequada.

Aprendemos com lógicos e lingüistas, que concordam de forma virtualmente unânime sobre certas condições, quais são algumas dessas condições. Para textos “longos” ou “longos” cursos de ação, para eventos em que as ações dos membros



são características dos eventos que suas ações estão realizando, ou sempre que expressões não são usadas ou não são apropriadas como substitutas de expressões indexicais, as demonstrações reivindicadas pelo programa são satisfeitas como questão de gerenciamento social prático.

Sob tais condições, expressões indexicais, por causa de sua prevalência e outras propriedades, apresentam imensos, obstinados e irremediáveis transtornos às tarefas de lidar, de forma rigorosa, com fenômenos de estrutura e de relevância em teorias de provas de consistência e de computabilidade, e às tentativas de recuperar a conduta real, quando esta é comparada à conduta suposta e à fala comum, com todas as suas particularidades estruturais. Valendo-se de suas experiências com o uso de pesquisas por amostragem e do desenho e aplicação de mensurações de ações práticas, de análises estatísticas, de modelos matemáticos e de simulações por computador de processos sociais, sociólogos profissionais conseguem documentar incessantemente os modos como a distinção e a substituíbilidade programáticas são satisfeitas e dependentes das práticas profissionais de demonstração socialmente gerenciadas.

Em resumo, sempre que estudos de ações práticas estão envolvidos, a distinção e substituíbilidade é sempre realizada *apenas* para todos os fins práticos. Por conseguinte, recomenda-se que o primeiro fenômeno problemático seja composto pela reflexividade das práticas e resultados das ciências nas e das atividades organizadas da vida cotidiana, sendo isso uma reflexividade essencial.

### **A reflexividade essencial “desinteressante” dos relatos**

Para membros engajados em raciocínio sociológico prático – como veremos em estudos recentes, para o quadro de funcionários no Centro de Prevenção ao Suicídio de Los Angeles, para equipes que usam prontuários clínicos psiquiátricos na Universidade da Califórnia em Los Angeles (U.C.L.A.), para alunos de pós-graduação codificadores de registros psiquiátricos, para jurados, para indivíduos intersexuados gerenciando mudança de sexo, para sociólogos pesquisadores profissionais – seus interesses direcionam-se para o que é decidível “para fins práticos”, “à luz desta situação”, “dada a natureza real das circunstâncias”, e coisas semelhantes. Circunstâncias práticas e ações práticas referem-se, para eles, a muitas questões sérias e organizacionalmente importantes: a recursos,

objetivos, desculpas, oportunidades, tarefas e, é claro, a bases para discutir ou predizer a adequação dos procedimentos e dos achados que produzem. Uma questão, contudo, é excluída de seus interesses: ações práticas e circunstâncias práticas não são, em si, um tópico, muito menos *um* tópico exclusivo de suas investigações; nem são suas investigações, voltadas a tarefas da teorização sociológica, realizadas para formular o que compõe essas tarefas enquanto ações práticas. Em nenhum caso a investigação das ações práticas é realizada de modo que a equipe possa ser capaz, antes de tudo, de reconhecer e descrever o que está sendo feito. Menos ainda são as ações práticas investigadas de modo a explicar aos praticantes sua própria fala sobre o que estão fazendo. Por exemplo, a equipe do Centro de Prevenção ao Suicídio de Los Angeles achou completamente incongruente considerar de forma séria que eles estivessem tão engajados em seu trabalho de certificar a causa mortis, quanto uma pessoa que tenta cometer suicídio, e eles poderiam combinar seus esforços para garantir um reconhecimento inequívoco do “que realmente aconteceu”.

Dizer que eles “não estão interessados” no estudo de ações práticas não é reclamar, nem apontar uma oportunidade que eles deixam escapar, nem é uma revelação de erro, nem um comentário irônico. Também não é o caso que, por “não estarem interessados”, os membros estejam “excluídos” da teorização sociológica. Nem suas investigações impedem o uso da regra da dúvida, nem estão eles impedidos de tornar as atividades organizadas da vida cotidiana cientificamente problemáticas, nem seu comentário insinua que haja uma diferença entre interesses “básicos” e “aplicados” em pesquisa e em teorização.

O que significa, então, dizer que eles “não estão interessados” em estudar ações práticas e raciocínio sociológico prático? E qual a importância de uma tal declaração?

Existe uma característica dos relatos dos membros que, para eles, é de uma relevância tão singular e predominante que controla outras características em seu caráter específico, enquanto características reconhecíveis e racionais de suas investigações sociológicas práticas. Tal característica é a seguinte. A respeito do caráter problemático de ações práticas e da adequação prática de suas investigações, os membros tomam como dado que um membro deve, desde o início, “conhecer” as situações nas quais ele deve operar, caso suas práticas devam servir de medida para transformar as características

específicas e localizadas dessas situações em um relato reconhecível. Eles tratam como a questão de fato mais passageira o fato de que os relatos dos membros, de todos os tipos, em todos os seus modos lógicos, com todos os seus usos e para todo método de os reunir, sejam características constituintes das situações que tornam observáveis. Os membros conhecem essa reflexividade, exigem-na, contam com ela e dela fazem uso para produzir, realizar, reconhecer ou demonstrar a adequação-racional-paratodos-os-fins-práticos de seus procedimentos e achados.

Não somente os membros – os jurados e os outros – tomam essa reflexividade como dada, mas reconhecem, demonstram e tornam observáveis, uns para os outros, o caráter racional de suas práticas reais (e isso significa: de suas práticas ocasionais), enquanto consideram tal reflexividade como uma condição inalterável e inevitável de suas investigações.

Quando proponho que os membros “não estão interessados” em estudar ações práticas, não quero dizer que os membros terão nenhum, um pouco ou muito desse interesse. Que “não estão interessados” tem a ver com práticas razoáveis, com argumento plausível e com descobertas razoáveis. Tem a ver com tratar “relatável-para-todos-os-fins-práticos” como uma questão a ser descoberta, exclusivamente, unicamente e completamente. Para os membros, estar “interessado” consistiria no seu empreendimento de tornar observável o caráter “reflexivo” de atividades práticas; examinar as práticas engenhosas de investigação racional como fenômenos organizacionais sem pensar em corretivos ou ironia. Os membros do Centro de Prevenção ao Suicídio de Los Angeles agem como membros sempre que se engajam em investigações sociológicas práticas: mesmo que quisessem, eles não poderiam ter essa reflexividade.

### **A analisibilidade de ações-em-contexto como uma realização prática**

De formas infinitamente variáveis, as investigações dos membros são características constituintes das situações que analisam. Da mesma forma, suas investigações tornam-se reconhecíveis para os membros como adequadaspara-todos-os-fins-práticos. Por exemplo, no Centro de Prevenção ao Suicídio de Los Angeles, são realizações organizacionais práticas que as mortes tornem-se relatáveis-para-todos-os-fins-práticos. Organizacionalmente, os procedimentos do Centro de Prevenção ao Suicídio visam a realizar a relatabilidade racional de mortes

por suicídio como características reconhecíveis das situações nas quais a relatabilidade ocorre.

Nas ocasiões reais de interação, tal realização é, para os membros, onipresente, não problemática e lugar-comum. Para os membros que fazem sociologia, transformar tal realização em um tópico de investigação sociológica prática parece inevitavelmente exigir que eles tratem as propriedades racionais das atividades práticas como “antropologicamente estranhas”. Com isso, quero chamar a atenção para práticas “reflexivas”, tais como as seguintes: em suas práticas de relato, o membro torna familiar atividades comuns da vida cotidiana reconhecíveis como atividades familiares e comuns; em cada ocasião em que um relato de atividades comuns é usado, elas são reconhecidas como “uma outra primeira vez”; o membro trata os processos e resultados da “imaginação” como contínuos em relação a outras características observáveis das situações, nas quais elas ocorrem; proceder de tal forma que, ao mesmo tempo em que o membro, “no meio” das situações reais testemunhadas, reconhece que as situações testemunhadas têm um sentido realizado, uma facticidade realizada, uma objetividade realizada, uma familiaridade realizada, uma relatabilidade realizada, para o membro, os “comos” organizacionais dessas realizações são não problemáticos, são vagamente conhecidos e são conhecidos apenas no fazer, que é feito de forma habilidosa, confiável, uniforme, com uma enorme padronização e como uma questão não relatável.

Essa realização consiste em os membros fazerem, reconhecerem e usarem etnografias. Essa realização é, para os membros, um fenômeno normal, e não percebido. E da mesma forma não conhecida que a realização é comum, ela é, para nossos interesses, um fenômeno impressionante, pois, em suas formas não conhecidas, ela consiste em (1) usos pelos membros de atividades cotidianas concertadas como métodos com os quais pode-se reconhecer e demonstrar as propriedades isoláveis, típicas, uniformes, a repetição potencial, a aparência conexa, a consistência, equivalência, substituíbilidade, direcionalidade, anonimamente descritível e engenhosa – em resumo, as propriedades racionais de expressões indexicais e ações indexicais. (2) O fenômeno consiste, também, na analisabilidade de ações-em-contexto, dado que, não só não existe um conceito de contexto-em-geral, mas também todo uso de “contexto” é por si, sem exceção, essencialmente indexical.

As propriedades reconhecidamente racionais de suas investigações de senso comum – seu caráter

reconhecidamente consistente, ou metódico, ou uniforme, ou engenhoso, etc. – são, de alguma forma, resultados das atividades concertadas dos membros. Para a equipe do Centro de Prevenção ao Suicídio, para codificadores, para jurados, as propriedades racionais de suas investigações práticas consistem, de alguma forma, no trabalho concertado de tornar evidente (a partir de fragmentos, de provérbios, de observações passageiras, de rumores, de descrições parciais, de catálogos de experiência “codificados”, porém essencialmente vagos e coisas semelhantes) como uma pessoa morreu na sociedade ou por quais critérios pacientes foram selecionados para tratamento psiquiátrico, ou quais dentre os veredictos alternativos estavam corretos. O de alguma forma é o ponto crucial da questão.

### O que é etnometodologia?

A marca registrada do raciocínio sociológico prático, onde quer que ocorra, é que ele busca solucionar as propriedades indexicais da fala e da conduta dos membros. Inúmeros estudos metodológicos são voltados para a tarefa de fornecer aos membros uma solução para expressões indexicais nas tentativas permanentes dos membros, com o uso rigoroso de idealizações para demonstrar a observabilidade das atividades organizadas nas ocasiões reais por meio de particularidades situadas de fala e conduta.

As propriedades de expressões indexicais e de ações indexicais são propriedades ordenadas. Estas consistem em um sentido organizacionalmente demonstrável, ou em facticidade, ou em uso metódico, ou em concordância entre “membros de uma mesma cultura”. Suas propriedades ordenadas são compostas por propriedades racionais demonstráveis de expressões indexicais e ações indexicais. Essas propriedades ordenadas são realizações contínuas das atividades comuns concertadas dos investigadores. A racionalidade demonstrável das expressões indexicais e das ações indexicais mantém, ao longo da trajetória de sua produção gerenciada pelos membros, o caráter de circunstâncias práticas tornadas rotineiras, familiares e ordinárias. Enquanto processo e resultado, a racionalidade produzida de expressões indexicais consiste em tarefas práticas, sujeitas a todas as exigências da conduta organizacionalmente situada.

Eu uso o termo “etnometodologia” para me referir à investigação das propriedades racionais de expressões indexicais e outras ações práticas como realizações contínuas e contingentes de práticas

engenhosas da vida cotidiana. Os artigos deste volume tratam essa realização como o fenômeno de interesse. Eles buscam especificar suas características problemáticas, recomendar métodos para seu estudo, mas, acima de tudo, considerar o que nós podemos aprender de forma definitiva sobre elas. Meu propósito no restante deste capítulo é caracterizar a etnometodologia, o que faço apresentando três estudos do funcionamento dessa realização, seguidos de um conjunto conclusivo de políticas de estudo.

### RACIOCÍNIO SOCIOLOGICO PRÁTICO: FAZENDO RELATOS EM “SITUAÇÕES DE ESCOLHA DE SENSO COMUM”

O Centro de Prevenção ao Suicídio de Los Angeles (CPS) e o Gabinete de Médicos Examinadores e Legistas de Los Angeles juntaram forças em 1957 para conferir status científico às Certidões de Óbito dos Legistas “dentro dos limites das certezas práticas impostas pelo estado da arte”. Os casos selecionados de “morte súbita não natural”, sobre os quais havia dúvida quanto a serem “suicídio” ou outras modalidades de morte foram encaminhados pelo Médico Examinador Legista ao CPS, com o pedido de que fosse feita uma investigação, chamada “autópsia psicológica”<sup>7</sup>.

As práticas e interesses da equipe do CPS, para realizar suas investigações em situações de escolha de senso comum, repetiam as características das investigações práticas encontradas em outras situações: em estudos de deliberações do júri com casos de negligência; na seleção de pacientes para tratamento psiquiátrico ambulatorial feita pelas equipes das clínicas; na codificação de conteúdos de prontuários clínicos em uma planilha de codificação seguindo instruções de codificação detalhadas, feita por alunos de pós-graduação em sociologia; e em incontáveis procedimentos profissionais na condução de investigação antropológica, lingüística, sócio-psiquiátrica e sociológica. As seguintes características no trabalho do CPS foram reconhecidas e francamente admitidas, por uma equipe, como condições predominantes de seu trabalho e como questões a serem consideradas na avaliação da eficácia, eficiência ou inteligibilidade de seu trabalho – e somaram o testemunho do CPS ao de jurados, pesquisadores e todos os demais:

(1) Um interesse permanente de todas as partes pela concertação temporal das atividades; (2) um interesse pela questão prática par *excellence*: “O que fazer agora?”; (3) um interesse da parte do investigador em evidenciar sua compreensão de “O

Que Qualquer Um Sabe” sobre como as situações, nas quais teve que realizar suas investigações, funcionam e seu interesse em fazê-lo nas ocasiões reais, nas quais as decisões seriam tomadas pela sua conduta exibível na escolha; (4) questões que, na fala, podem ser consideradas como “programas de produção”, “leis de conduta”, “regras de tomada de decisão racional”, “causas”, “condições”, “teste de hipóteses”, “modelos”, “regras de inferência indutiva e dedutiva”, na situação real, foram tomadas como dadas e dependeram de serem formadas por receitas, provérbios, slogans e planos de ação parcialmente formulados; (5) exigia-se dos investigadores que tivessem conhecimento e habilidades para tratar da situação “do mesmo tipo”, para as quais “regras de tomada de decisão racional” e todo o resto eram destinadas de modo a “ver” (ou eram requisitados por aquilo que faziam para garantir) as características objetivas, efetivas, consistentes, completa e empiricamente adequadas, ou seja, as características racionais de receitas, profecias, provérbios, descrições parciais em uma ocasião real do uso das regras; (6) para aquele que toma as decisões práticas, a “ocasião real”, enquanto um fenômeno em si, exercia prioridade esmagadora de relevância, à qual “regras de decisão” (ou teorias de tomada de decisão) estavam, sem exceção, subordinadas de modo a avaliar suas características racionais, e não o contrário; (7) finalmente, e talvez de forma mais característica, todas as características precedentes (junto com um “sistema” de alternativas do investigador, seus métodos de “decisão”, suas informações, suas escolhas e a racionalidade de seus relatos e ações) eram partes constituintes das mesmas circunstâncias práticas, nas quais os investigadores faziam o trabalho de investigação – uma característica, que os investigadores, se fossem reivindicar e reconhecer a praticidade de seus esforços, conheceriam, exigiriam, com a qual contariam, tomariam como dada, usariam e glosariam.

O trabalho de investigação realizado pelos membros do CPS era parte integrante de seu ofício diário. Reconhecidas pelos membros da equipe como características constituintes de seu trabalho diário, suas investigações eram, por isso, intimamente conectadas às condições de trabalho, a diversas séries internas e externas de relatório, supervisão e revisão, e a “prioridades de relevâncias” similares, fornecidas organizacionalmente para avaliações do que era “realisticamente”, “praticamente” ou “razoavelmente” necessário fazer ou do que poderia ser feito, o quanto rapidamente, com quais recursos, vendo quem, falando sobre o que, por quanto tempo, e assim por diante. Tais considerações forneciam a “Nós fizemos o que podíamos e, para todos os interesses razoáveis,

aqui está o que encontramos” suas características de sentido, de fato organizacionalmente apropriado, de impessoalidade, de anonimato, de finalidade, de reprodutibilidade – ou seja, de um relato *apropriadamente* e *visivelmente* racional da investigação.

Era necessário que os membros, em suas competências ocupacionais, formulassem relatos do que ocorreu-realmente-para-todos-os-finspráticos. “Realmente” fazia referência inevitável às tarefas ocupacionais diárias e ordinárias. Apenas os membros tinham o direito de invocar tais tarefas como fundamentos apropriados para tornar aceitável o caráter razoável do resultado sem necessidade de especificação. Em ocasiões de desafio, tarefas ocupacionais ordinárias eram citadas, explicitamente, na “parte relevante”. Do contrário, tais características eram descartadas do produto. Em seu lugar, um relato de como a investigação foi feita preenchia o como-issofoi-feito-realmente da forma apropriada para demandas usuais, resultados usuais, práticas usuais e a fala usual da equipe do CPS falando como profissionais bona fide sobre demandas usuais, resultados usuais e práticas usuais.

Um dentre diversos títulos (relacionados à causa mortis) tinha de ser atribuído a cada caso. A coleção consistia em combinações legalmente possíveis de quatro possibilidades elementares – morte natural, acidente, suicídio e homicídio<sup>8</sup>. Todos os títulos eram aplicados de forma a não apenas resistir às variedades de equívoco, ambigüidade e improvisado que surgiam em toda ocasião real de seu uso, mas esses títulos eram aplicados de forma a levar àquela ambigüidade, ao equívoco e à improvisação. Fazia parte do trabalho não apenas que o equívoco é um problema – é talvez um problema – mas também que os praticantes eram direcionados para aquelas circunstâncias de modo a levar à ambigüidade ou ao equívoco, a levar à improvisação ou a levar à temporalização e a todo o resto. Não que o investigador, tendo uma lista de títulos, realizasse uma investigação que prosseguia gradualmente para estabelecer os fundamentos para a escolha dentre eles. A fórmula não era “Aqui está o que fizemos e, dentre os títulos-meta de nossa pesquisa, este título interpreta, finalmente, e de uma forma melhor, o que descobrimos”. Em vez disso, os títulos eram continuamente confirmados e prognosticados. A investigação era fortemente guiada pelo uso que o investigador fazia de situações imaginadas, nas quais o título seria “usado” por uma ou outra parte interessada, incluindo o falecido, e isso era feito pelos investigadores de modo a decidir, usando quaisquer “dados” que fossem descobertos, que aqueles



“dados” podiam ser usados para disfarçar, caso fosse necessário disfarçar, ou equivococar, ou explicar, ou guiar, ou exemplificar, se necessário fosse. A característica predominante de uma investigação era o fato de que nada sobre ela permanecia garantido, a não ser as ocasiões organizadas de seus usos. Assim, uma investigação de rotina era aquela, em que o investigador usava contingências específicas para realizar, e dependia de contingências específicas para reconhecer e tornar aceitável a adequação prática de seu trabalho. Quando avaliada por um membro, ou seja, examinada a respeito de práticas reais para fazê-la acontecer, uma investigação de rotina não é aquela realizada pelas regras ou de acordo com as regras. Parecia consistir muito mais em uma investigação abertamente reconhecida como insuficiente, mas da mesma forma que é insuficiente, sua adequação é reconhecida e, para ela, ninguém está particularmente oferecendo ou pedindo explicações.

O que os membros estão fazendo em suas investigações é sempre de interesse dos outros, no sentido de que tais pessoas em particular, localizadas organizacionalmente e localizáveis, adquirem interesse à luz do relato feito pelo membro do CPS sobre o que quer que seja relatado como tendo “realmente acontecido”. Tais considerações contribuíram fortemente para a característica percebida das investigações, que foram direcionadas, no seu curso, por um relato, para o qual a reivindicação será antecipada de que, para todos os fins práticos, ele é correto. Assim, durante o curso de sua investigação, a tarefa do investigador consistia em fazer um relato sobre como uma pessoa específica morreu em sociedade, um relato que fosse contado adequadamente, suficientemente detalhado, claro, etc., para todos os fins práticos.

“O que realmente aconteceu”, durante o curso da investigação para se chegar até aí, bem como após esse “o que realmente aconteceu” ter sido inserido no arquivo e ser decidido o título, pode ser constantemente revisto, bem como constantemente prognosticado, à luz do que podia ter sido feito, ou do que poderá ser feito com essas decisões. Quase não é novidade que, no curso de uma decisão, o seu resultado era sempre revisto e prognosticado à luz das conseqüências antecipadas dessa decisão. Após uma indicação ter sido feita e o médico legista ter assinado o atestado de óbito, o resultado pode ser ainda, como eles dizem, “revisado”. Pode ainda ser tomada uma decisão que precisa ser revisada “mais uma vez”.

Os investigadores queriam muito ser capazes de

garantir que poderiam aparecer, no final, com um relato de como a pessoa morreu, que permitisse ao médico legista e a sua equipe, defenderem-se de acusações de que aquele relato era incompleto, ou de que aquela morte acontecera de forma diferente de, ou em contraste com ou em contradição com aquela que os membros envolvidos “alegaram”. A referência não é, nem exclusiva, nem completamente relativa às reclamações dos sobreviventes. Tais questões são tratadas como uma sucessão de episódios, a maioria delas sendo estabelecidas bem rapidamente. As grandes contingências consistiam em processos persistentes, que se assentavam no fato de o gabinete de médicos legistas ser uma repartição estatal. As atividades do gabinete de legistas produzem relatórios contínuos das atividades do gabinete. Esses relatórios são sujeitos a revisão como produtos de trabalho científico do médico legista, sua equipe e seu consultor. As atividades do gabinete são métodos para realizar relatórios que sejam científicos-para-todos-os-fins-práticos. Isso envolvia “escrever” como um procedimento de garantia para que um relatório, por ter sido escrito, fosse colocado em um arquivo. O fato de que um investigador “faz” um relatório é por isso transformado em uma questão para registro público para o uso de outras pessoas apenas parcialmente identificáveis. Seus interesses em por quê, ou como, ou o que fez o investigador teriam, em algum aspecto relevante, a ver com a sua habilidade e direito como profissional. Mas os investigadores sabem também que outros interesses vão informar a “revisão”, pois o trabalho do investigador será escrutinado para ver a adequação-científicapara-todos-os-fins-práticos como reivindicações socialmente gerenciadas dos praticantes. Não apenas para os investigadores, mas para todas as partes, é relevante “o que foi realmente descoberto para-todos-os-fins-práticos?” que consiste inevitavelmente em o quanto você pode descobrir, o quanto você pode revelar, o quanto você pode explicar, o quanto você pode esconder, o quanto você pode sustentar como não sendo do interesse de algumas pessoas importantes, incluindo investigadores. Todos eles adquiriram um interesse por causa do fato de que investigadores, por conta de um dever ocupacional, estavam surgindo com relatórios escritos de como, para-todos-os-finspráticos, pessoas-realmente-morreram-e-estãorealmente-mortas-na-sociedade.

As decisões têm uma conseqüencialidade inevitável. Com isso quer-se dizer que investigadores precisavam dizer em tantas palavras “o que realmente aconteceu?”. As palavras importantes eram os títulos que eram atribuídos a um texto para recuperar esse texto como a “explicação” do título. Mas em que um título atribuído consiste como um título “explicado” não é, a qualquer tempo específico, para alguém

dizer com qualquer finalidade, mesmo quando é proposto “em tantas palavras”. De fato, que ele seja proposto “em tantas palavras”, que, por exemplo, um texto escrito fosse inserido “no arquivo do caso”, fornece fundamentos de direito que podem ser invocados de modo a aproveitar as “tantas palavras” que terão sido usadas como relato da morte. Vistos em relação a padrões de uso, os títulos e os textos que os acompanham possuem um conjunto aberto de conseqüências. Em qualquer ocasião de uso dos textos, pode restar para ser visto o que pode ser feito com eles, ou o que eles irão alcançar, ou o que permanece feito “por enquanto”, ficando pendentes as maneiras pelas quais o ambiente daquela decisão pode organizar-se para “reabrir o caso”, ou “registrar uma queixa” ou “encontrar um problema” e assim por diante. Tais maneiras são, para a equipe do CPS, como padrões, indubitáveis; mas, enquanto processos específicos para fazê-las acontecer, são, em toda ocasião real, imprecisas.

As investigações do CPS começam com uma morte que o médico legista acha duvidosa quanto à causa mortis. Essa morte eles usam como um precedente, através do qual várias formas de viver em sociedade que poderiam terminar com essa morte são descobertas e lidas “no que restou”; nos fragmentos disto ou daquilo, como o corpo e seus pertences, vidros de remédio, bilhetes, pedaços e peças de roupa, e outros memorabilia – coisas que podem ser fotografadas, coletadas e embaladas. Outros “restos” também são coletados: rumores, observações passageiras e histórias – materiais dos “repertórios” de quem quer que possa ser consultado via trabalho comum de conversas. Esses pedaços e peças quaisquer que uma história ou uma regra ou um provérbio podem tornar inteligível são usados para formular um relato reconhecivelmente coerente, padrão, típico, necessário, uniforme, engenhoso, ou seja, um relato profissionalmente defensável e por isso, para os membros, um relato reconhecivelmente racional de como a sociedade trabalhou para produzir aqueles restos. Esse ponto de vista ficará mais defensável se o leitor consultar qualquer manual padrão de patologia forense. Nele será encontrada a inevitável foto de uma vítima com a garganta cortada. Fosse o legista usar tal “visão” para indicar a equivocidade da causa mortis, ele diria algo como: “Nos casos em que o corpo parece com aquele da fotografia, você está diante de uma morte por suicídio porque a ferida mostra os ‘cortes hesitantes’ que acompanham a ferida maior. Pode-se imaginar que esses cortes sejam os restos de um procedimento pelo qual a vítima fez primeiro diversas tentativas preliminares de um tipo hesitante e, então, desferiu o golpe mortal. Outros cursos de ação são imagináveis também, e, assim, cortes que

parecem cortes hesitantes podem ser produzidos por outros mecanismos. É preciso começar pela imagem real e imaginar como diferentes cursos de ação poderiam ter sido organizados de tal forma que aquela fotografia seria com ela compatível. Podese pensar na imagem fotografada como uma faseadação. Em qualquer imagem real há um curso de ação com o qual essa fase é exclusivamente compatível? Essa é a pergunta do médico legista”.

O legista (e a equipe do CPS) pergunta isso com respeito a cada caso específico, e, por isso, seu trabalho de chegar a uma decidibilidade prática quase inevitavelmente exibir a seguinte característica predominante e importante. A equipe do CPS deve realizar essa decidibilidade com respeito aos “estes”: devem começar com este tanto; esta visão; esta nota; esta coleta do que quer que esteja ao alcance da mão. E o que quer que esteja lá é bom o bastante, no sentido de que o que quer que esteja lá não apenas servirá como serve. Faz-se com que o que quer que esteja lá sirva. Não quero dizer com “fazer servir” que um investigador do CPS contente-se facilmente ou que ele não busque mais quando deve. Em vez disso, quero dizer: o o que quer que seja com o qual ele tem que lidar, isso é o que terá sido usado para se ter descoberto, para se ter tornado decidível, a maneira como a sociedade operou para ter produzido aquela fotografia, para ter alcançado aquela cena como seu resultado final. Dessa forma, os restos na lâmina servem não apenas como um precedente, mas como uma meta para as investigações do CPS. O que quer que os membros do CPS tenham que encarar deve servir como o precedente com o qual ler os restos de modo a ver como a sociedade podia ter operado para ter produzido o que é que o investigador tem “no final”, “na análise final” e “em qualquer caso”. O que a investigação pode alcançar é o que a morte alcançou.

### RACIOCÍNIO SOCIOLÓGICO PRÁTICO: SEGUINDO INSTRUÇÕES DE CODIFICAÇÃO

Muitos anos atrás, meus colegas e eu empreendemos a análise do experimento da Clínica Ambulatorial da U.C.L.A. de modo a responder à questão “Por quais critérios são seus candidatos selecionados para tratamento?”. Para formular e responder a essa questão, utilizamos uma versão de um método de análise de grupo utilizado por Kramer e associados<sup>9</sup> para descrever características de ingresso e fluxo de pacientes em hospícios. (Os capítulos seis e sete narram outros aspectos dessa pesquisa.)

Sucessivas atividades de “primeiro contato”,

“entrevista de admissão”, “teste psicológico”, “reunião de admissão”, “internação” e “alta” foram concebidas com o uso do diagrama de árvore da Figura 1. Qualquer caminho entre o primeiro contato e o término era chamado de “trajetória”.

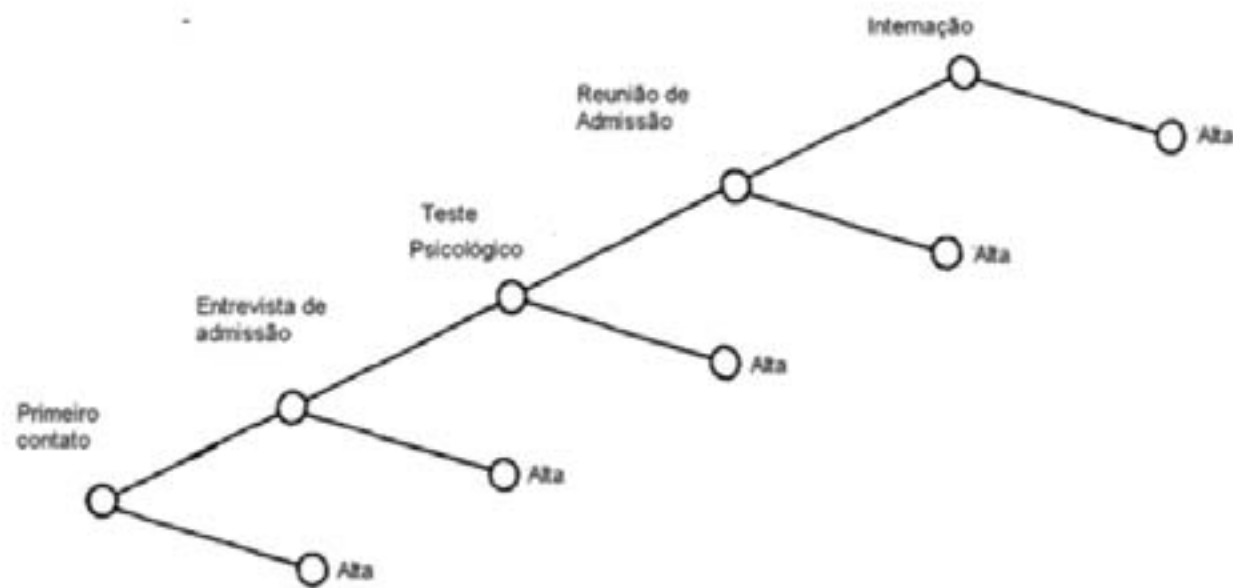


FIGURA 1 Trajetórias de pacientes numa clínica psiquiátrica

Desejávamos saber quais características dos pacientes, da equipe clínica, de suas interações e da árvore estavam associadas com cada carreira. Os registros clínicos foram nossas fontes de informação, dentre os quais os mais importantes eram os formulários de inscrição para admissão e os conteúdos dos prontuários de caso. De modo a obter um registro contínuo de casos de transações paciente-clínica, desde o momento do contato inicial de um paciente até sua alta, um “Formulário de Carreira Clínica” foi criado e inserido nas pastas de caso. Uma vez que os prontuários clínicos contêm relatórios fornecidos pela equipe clínica de suas próprias atividades, praticamente todas essas fontes de dados resultaram de procedimentos de autorelatório.

Dois alunos de pós-graduação de sociologia da UCLA examinaram as informações de 1.582 prontuários clínicos para preencher os itens da Planilha de Codificação. Um procedimento convencional de confiabilidade foi criado e conduzido com o objetivo de determinar a quantidade de concordância entre codificadores e entre tentativas sucessivas de sua codificação. De acordo com o raciocínio convencional, a quantidade de concordância fornece um conjunto de fundamentos para conferir crédito aos eventos codificados de eventos clínicos reais. Uma

característica crítica de avaliações de confiabilidade é que a concordância entre codificadores consiste na concordância sobre os resultados finais.

Ninguém se surpreendeu quando o trabalho preliminar mostrou que, de modo a realizar a codificação, os codificadores estavam presumindo um conhecimento das mesmas formas organizadas da clínica das quais os procedimentos de codificação deveriam produzir descrições. Mais interessante ainda, tal conhecimento pressuposto parecia necessário e foi consultado de forma muito deliberada sempre que, por quaisquer razões, os codificadores precisassem ser convencidos de que haviam codificado “o que realmente aconteceu”. Isso se dava independente de haverem ou não encontrado conteúdos “ambíguos” nos prontuários. Tal procedimento punha abaixo qualquer reivindicação de que métodos atuariais de interrogar os conteúdos dos prontuários haviam sido usados, não importando o quão aparentemente claras fossem as instruções de codificação. A concordância sobre os resultados da codificação estava sendo produzida por um procedimento contrastante com características desconhecidas.

Para descobrir mais sobre o procedimento que nossos alunos usaram, o procedimento de

confiabilidade foi tratado como uma atividade problemática em si mesma. A “confiabilidade” dos resultados codificados foi testada perguntando-se como os codificadores trouxeram realmente os conteúdos dos prontuários sob a jurisdição dos itens da Planilha de Codificação. Por meio de quais práticas foi atribuído aos conteúdos reais dos prontuários o status de respostas às perguntas dos pesquisadores? Quais atividades reais compunham as práticas dos codificadores chamadas de “seguindo as instruções de codificação”?

Foi criado um procedimento que produzia informações de confiabilidade convencionais de forma que os interesses originais do estudo fossem preservados. Ao mesmo tempo, o procedimento permitia o estudo de como qualquer quantidade de concordância ou discordância havia sido produzida pelas maneiras reais como os dois codificadores estavam tratando os conteúdos dos prontuários como respostas às questões formuladas pela Planilha de Codificação. Porém, em vez de presumir que os codificadores, não importa como procedessem, pudessem estar errados em maior ou menor quantidade, a suposição era a de que o que quer que os codificadores fizessem poderia ser considerado como procedimento correto em algum “jogo” de codificação. A pergunta era: o que eram esses “jogos”? O que quer que os codificadores fizessem era suficiente para produzir o que encontravam. Como procediam para encontrar o que encontravam?

Logo descobrimos a relevância essencial para os codificadores, em seu trabalho de interrogar os conteúdos dos prontuários em busca das respostas às suas questões, de considerações como “et cetera”, “a menos que”, “deixa pra lá” e “factum valet” (ou seja, uma ação, que do contrário é proibida por uma regra, é considerada correta após realizada). Por conveniência, deixemos chamar a essas considerações de “ad hoc” e a sua prática de “ad hocção.” Os codificadores usaram as mesmas considerações ad hoc de modo a reconhecer a relevância das instruções de codificação para as atividades organizadas da clínica. Apenas quando essa relevância era clara, os codificadores ficavam convencidos de que as instruções de codificação analisadas realmente encontravam os conteúdos dos prontuários de modo a permitir que os codificadores tratassem os conteúdos dos prontuários como relatórios de “eventos reais”. Por fim, as considerações ad hoc foram características invariantes das práticas de “seguir as instruções de codificação”. Tentativas de suprimi-las e de, ao mesmo tempo, reter um sentido inequívoco para as instruções produziam confusão por parte deles.

Várias facetas do “novo” estudo de confiabilidade foram desenvolvidas, a princípio de modo a verificar se esses resultados poderiam ser estabelecidos solidamente e, após estar claro, para minha satisfação, que eles o poderiam, para explorar as conseqüências para o caráter sociológico geral dos métodos de interrogação dos codificadores (assim como de métodos contrastantes) e também para o trabalho envolvido em reconhecer ou reivindicar que algo fora feito por regra – que uma ação havia seguido ou sido “governada” pelas instruções.

Considerações ad hoc são considerações invariavelmente relevantes para decidir o ajuste entre o que podia ser lido nos prontuários clínicos e o que o codificador inseria na planilha de codificação. Não importando o quão definitiva e elaboradamente as instruções haviam sido escritas, e a despeito do fato de que regras de codificação atuariais estritas<sup>10</sup> poderiam ser formuladas para cada item, e com as quais os conteúdos dos prontuários podiam ser mapeados para a planilha de codificação, contanto que fosse levada adiante a reivindicação de que as entradas da Planilha de Codificação relatavam eventos reais das atividades dos clínicos, então, em cada caso, e para cada item, “et cetera”, “a menos que”, “deixa pra lá” e “factum valet” acompanhavam a compreensão do codificador sobre as instruções de codificação enquanto formas de se analisar os conteúdos reais dos prontuários. Seus usos tornavam possível, também, que o codificador lesse os conteúdos de uma pasta como um relatório sobre os eventos que a Planilha de Codificação fornecia e formulava como eventos do diagrama de processamento.

Normalmente, pesquisadores tratam tais procedimentos ad hoc como modos imperfeitos de escrever, reconhecer e seguir as instruções de codificação. A visão predominante sustenta que um bom trabalho requer que pesquisadores, ao estender o número e a clareza de suas regras de codificação, minimizem ou mesmo eliminem as ocasiões em que “et cetera” e outras práticas de *ad hocção* seriam usados.

Tratar as instruções como se as características *ad hoc* em seu uso fossem uma amolação, ou tratar sua presença como fundamento para reclamar sobre a incompletude das instruções, é muito parecido com reclamar que, se as paredes de um prédio fossem simplesmente retiradas do caminho, seria possível ver melhor o que estava sustentando o telhado. Nossos estudos mostraram que considerações *ad hoc* são características essenciais de procedimentos de codificação. A *ad hocção* é necessária se o



pesquisador quiser captar a relevância das instruções para a situação específica e real que pretende analisar. Para cada ocasião específica e real de busca, detecção e atribuição de conteúdos dos prontuários a uma categoria “própria” – o que quer dizer, na trajetória da real codificação – tais considerações *ad hoc* têm prioridade irremediável sobre os tão falados critérios “necessários e suficientes”. Não é o caso de os critérios “necessários e suficientes” serem procedimentalmente definidos pelas instruções de codificação. Nem é o caso de práticas *ad hoc*, tais como “*et cetera*,” ou “deixa pra lá”, serem controladas ou eliminadas em sua presença, uso, número ou ocasiões de uso tornando instruções de codificação tão precisas quanto possível. Em vez disso, considerações *ad hoc* são consultadas pelos codificadores e práticas de *ad hoc* são utilizadas de modo a reconhecer aquilo sobre o que as instruções estão definitivamente falando. Considerações *ad hoc* são consultadas pelos codificadores de modo a reconhecer instruções de codificação como “definições operacionais” de categorias de codificação. Elas operam como fundamentos e como métodos para apresentar e assegurar que as reivindicações dos pesquisadores foram codificadas de acordo com critérios “necessários e suficientes”.

A *ad hoc* ocorre (sem, acredito eu, qualquer possibilidade de solução), sempre que o codificador assume a posição de membro socialmente competente do arranjo cujo relato ele busca montar e, quando, a partir dessa “posição”, ele trata os conteúdos reais dos prontuários como postos em uma relação de significação de confiança para com o “sistema” nas atividades clínicas. É por assumir a “posição” de membro competente em relação aos arranjos cujo relato ele busca realizar que o codificador pode “ver o sistema” no conteúdo real do prontuário. Isso ele faz de um jeito algo parecido com o de alguém precisar conhecer as formas metódicas do uso do inglês de modo a reconhecer uma elocução como uma palavra-em-inglês ou saber as regras de um jogo para entender um movimento-emum-jogo, dado que maneiras alternativas de entender uma elocução ou um jogo de tabuleiro são sempre imagináveis. Por isso, o codificador reconhece o conteúdo do prontuário por “aquilo que ele realmente é” ou pode “ver sobre o que uma nota na pasta ‘está verdadeiramente falando.’”

Isso posto, se o codificador deve ser convencido de que ele detectou uma verdadeira ocorrência clínica, ele deve tratar os conteúdos reais dos prontuários como representantes permanentes da ordem-social-nas-e-das-atividades-clínicas. Os conteúdos reais dos prontuários se apresentam, para as maneiras ordenadas das atividades clínicas, como

*representações* deles; eles não descrevem a ordem, nem são evidências da ordem. É o uso que o codificador faz dos documentos do prontuário como *funções-desinais* para o que quero chamar a atenção, ao dizer que o codificador deve conhecer a ordem das atividades dos clínicos para as quais ele está olhando de modo a reconhecer o conteúdo real como uma aparência-de-ordem. Uma vez que o codificador pode “ver o sistema” no conteúdo, é possível para o codificador estender e, fora isso, interpretar as instruções de codificação - *para ad hoc* - de forma a manter a relevância das instruções de codificação para os conteúdos reais e, dessa maneira, formular o sentido do conteúdo real de forma que seu significado, mesmo que transformado pela codificação, seja preservado aos olhos do codificador como um evento verdadeiro das atividades reais da clínica.

Há diversas conseqüências importantes: (1) De forma característica, os resultados codificados seriam tratados como se fossem descrições desinteressadas de eventos clínicos, e as regras de codificação, presumidamente, sustentam a reivindicação de descrição desinteressada. Mas se o funcionamento da *ad hoc* é necessário para tornar tais reivindicações inteligíveis, pode-se sempre argumentar – e até agora não vi uma resposta defensável – que os resultados codificados consistem em uma versão persuasiva do caráter socialmente organizado das operações da clínica, independente de qual seja a ordem real, e mesmo sem que o investigador tenha detectado a ordem real. Em vez de nosso estudo das carreiras clínicas dos pacientes (assim como de grande quantidade de estudos dos vários arranjos sociais que têm sido realizados de forma igualmente convencional) ter descrito a ordem das operações da clínica, pode-se argumentar que o relato consiste em uma maneira socialmente inventada, persuasiva e própria de falar sobre a clínica como um empreendimento ordenado, já que “afinal de contas” o relato foi produzido por “procedimentos científicos”. O relato seria ele próprio parte da ordem real das operações da clínica, de maneira muito semelhante à de alguém que trata o relato de uma pessoa sobre suas próprias atividades como uma característica de suas atividades. *A ordem real ficaria por ser descrita.*

(2) Outra conseqüência aparece, quando perguntamos o que deve ser feito do cuidado que, não obstante, é tão assiduamente exercido no desenho e no uso de instruções de codificação para interrogar os conteúdos reais e transformá-los em linguagem da planilha de codificação? Se o relato resultante é ele próprio uma característica das atividades dos

clínicos, então talvez não se deva ler as instruções de codificação como uma maneira de obter uma descrição científica das atividades dos clínicos, já que esta presume que a linguagem de codificação, naquilo sobre o que está falando, é independente dos interesses dos membros que estão sendo servidos ao usá-la. As instruções de codificação devem ser lidas, em vez disso, como consistindo em uma gramática de retórica; elas fornecem uma maneira à la “ciência social” de falar de forma a induzir consenso e ação dentro das circunstâncias práticas das atividades diárias organizadas da clínica, cuja compreensão espera-se que os membros tenham por costume. Ao se referir a um relato da clínica que foi obtido seguindo-se as instruções de codificação, é possível para membros com interesses diferentes persuadirem uns aos outros e reconciliar suas falas sobre os acontecimentos

da clínica de maneira impessoal, enquanto as questões sobre as quais se está verdadeiramente falando retêm seu sentido, para os “debatedores”, como um estado de acontecimentos legítimo ou ilegítimo, desejável ou indesejável, vantajoso ou desvantajoso para os “participantes da discussão” em suas vidas ocupacionais. Ele fornece uma maneira impessoal de caracterizar seus acontecimentos, sem que os membros renunciem a importantes interesses organizacionalmente determinados sobre aquilo que o relato, aos seus olhos, é “afinal de contas”. Aquilo do que trata é a ordem clínica cujas características verdadeiras, como qualquer membro sabe que Todo o Mundo Sabe, nunca são da conta de mais-ninguémnaquela-organização.

## RACIOCÍNIO SOCIOLÓGICO PRÁTICO: ENTENDIMENTO COMUM

Os sociólogos distinguem entre os significados do “produto” e do “processo” de um entendimento comum. Enquanto “produto”, compreende-se que um entendimento comum consista em uma concordância compartilhada sobre questões substantivas; enquanto “processo”, ele consiste em vários métodos pelos quais algo que uma pessoa diz ou faz é reconhecido como estando de acordo com uma regra. Com seus conceitos de *Begreifen* e *Verstehen*, cada qual com seu caráter distinto enquanto método e conhecimento, Weber deu aos sociólogos a autoridade para essa distinção.

Uma análise das experiências de estudantes ao relatar conversas comuns sugere que, para qualquer dos casos, para “produto” ou “processo”, um

entendimento comum consiste em uma trajetória intratemporal de trabalho interpretativo. Suas experiências sugerem algumas conseqüências estranhas dos fatos de que, em *qualquer* dos casos, um entendimento comum tem necessariamente uma estrutura operacional.

No Capítulo dois, é relatada uma pesquisa, na qual estudantes deveriam relatar conversas comuns, escrevendo, no lado esquerdo de uma folha de papel, o que as partes realmente disseram e, no lado direito, o que eles e seus colegas entenderam que eles estavam falando. A seguinte conversa é relatada aqui.

Os estudantes preencheram o lado esquerdo da folha rápida e facilmente, mas acharam o lado direito incomparavelmente mais difícil. Quando a tarefa foi passada, muitos perguntaram o quanto eu queria que eles escrevessem. À medida que eu progressivamente impunha precisão, clareza e distinção, a tarefa ia se tornando cada vez mais laboriosa. Finalmente, quando pedi que eles presumissem que eu saberia do que eles realmente estavam falando, apenas lendo literalmente o que eles escreveram literalmente, eles desistiram de reclamar que a tarefa era impossível.

Embora suas reclamações tivessem a ver com a laboriosidade de se ter que escrever “mais”, o frustrante “mais” não era composto do grande trabalho de ter que reduzir uma montanha com baldes. Eles não reclamavam que aquilo sobre o que se falava consistia em conteúdos amarrados, tornados tão vastos pelo pedantismo, que lhes faltaria tempo, força, papel, garra, bom senso suficientes para escrever “tudo sobre o assunto”. Ao invés disso, a reclamação e suas circunstâncias pareciam consistir no seguinte: *se*, para o que quer que um estudante escrevesse, eu fosse capaz de persuadi-lo de que aquilo não estava ainda preciso, distinto ou claro o bastante e se ele continuasse querendo consertar a ambigüidade, então ele voltaria à tarefa com a reclamação de que a escrita em si desenvolvia a conversa como uma textura ramificada de questões relevantes. A própria *maneira* de realizar a tarefa multiplicava suas características.

Que tarefa tinha eu passado para eles que requeria que eles escrevessem “mais”, tal que a imposição progressiva de precisão, clareza e literalidade tornava-a cada vez mais difícil e finalmente impossível, e tal que a maneira de realizar a tarefa multiplicava suas características? Se um entendimento comum consistisse em concordância compartilhada sobre questões substantivas, a tarefa deles teria sido idêntica à de sociólogos profissionais. A tarefa teria sido resolvida, como a solução que

MARIDO	Dana conseguiu pôr uma moeda no parquímetro hoje sem precisar ser levantado.	Esta tarde, ao trazer Dana, nosso filho de quatro anos, da creche para casa, ele conseguiu alcançar alto o suficiente para pôr uma moedinha dentro de um parquímetro, quando estacionamos numa zona de parquímetros, enquanto que antes ele sempre tinha que ser levantado para conseguir alcançar aquela altura.
ESPOSA:	Você levou ele à loja de discos?	Já que ele pôs um centavo no parquímetro, isso quer dizer que você parou enquanto ele estava com você. Eu sei que você parou na loja de discos no caminho de ida para a creche ou no caminho de volta. Foi no caminho de volta, de forma que ele estava com você, ou você parou lá a caminho da creche e em outro lugar no caminho de volta?
MARIDO	Não. Ao sapateiro.	Não. Parei na loja de discos a caminho da creche e parei no sapateiro a caminho de casa, quando ele estava comigo.
ESPOSA:	Para quê?	Conheço uma razão pela qual você poderia ter parado no sapateiro. Qual foi o motivo, de fato?
MARIDO	Comprei cadarços novos para os meus sapatos.	Como você deve lembrar, eu arrebentei um dos cadarços dos meus sapatos marrons no outro dia, então eu parei lá para comprar cadarços novos.
ESPOSA:	Seus mocassins precisam de saltos novos urgentemente.	Pensei em outra coisa que você poderia ter feito lá. Poderia ter levado seus mocassins pretos que precisam urgentemente de novos saltos. É melhor cuidar logo disso.

sociólogos profissionais estão aptos a propor, como se segue:

Os estudantes iriam primeiro distinguir entre o *que* foi dito e sobre o *que* se estava falando, e ajustar os dois conteúdos numa correspondência entre signo e referente. *O que as partes disseram* seria tratado como uma versão esboçada, parcial, incompleta, mascarada, elíptica, escondida, ambígua ou enganosa *do que as partes falavam*. A tarefa consistiria em preencher o esboço do que foi dito. Aquilo que foi falado consistiria em conteúdos elaborados e correspondentes daquilo que as partes disseram. Assim, o formato das colunas da esquerda e da direita estaria de acordo com o “fato” de que os conteúdos do que foi dito eram registráveis, ao se escrever o que o gravador captasse. A coluna da direita exigiria que algo “mais” fosse “adicionado”. Por ser o esboço do que foi dito o seu defeito, seria necessário para os estudantes que olhassem para algum outro lugar diferente do que foi dito de modo a (a) encontrar os conteúdos correspondentes e (b) encontrar os fundamentos para discutir – porque eles precisariam discutir – a correção da correspondência. Por estarem relatando a conversa real de pessoas específicas, eles buscariam esses outros conteúdos naquilo que os interlocutores tinham “em mente”, ou naquilo que eles estavam “pensando”, ou naquilo em que “acreditavam”, ou o que eles “tencionavam”. Além disso, eles precisariam ter certeza (alguém precisaria dar-lhes a certeza) de que haviam detectado o que os

interlocutores realmente, e não suposta, hipotética, imaginada ou possivelmente tinham em mente. Quer dizer, eles precisariam citar ações observadas – maneiras observadas por meio das quais – de modo a fornecer fundamentos para a reivindicação de “realmente”. Essa segurança seria obtida buscando-se estabelecer a presença, no relacionamento dos interlocutores, de virtudes garantidoras tais como eles terem falado honesta, aberta, cândida e sinceramente, e outras coisas semelhantes. Tudo isso para dizer que os estudantes invocariam seus conhecimentos da comunidade de entendimentos e seus conhecimentos das concordâncias compartilhadas para indicar a adequação de seus relatos do que as partes estavam falando, ou seja, o que as partes entendiam em comum. Então, para qualquer coisa que os estudantes escrevessem, eles poderiam presumir que eu, enquanto co-membro competente da mesma comunidade (as conversas eram afinal de contas comuns), deveria ser capaz de enxergar a correspondência e seus fundamentos. Se eu não enxergasse a correspondência ou se eu compreendesse os conteúdos de forma diferente da deles, então, contanto que eles pudessem continuar a presumir minha competência – ou seja, contanto que minhas interpretações alternativas não destruíssem meu direito de reivindicar que tais alternativas precisavam ser levadas a sério por eles e por mim – os estudantes poderiam compreender que eu estava insistindo para que me fornecessem detalhamento mais refinado do que as considerações

práticas pediam. Nesse caso, eles teriam me acusado de pedantismo cego e deveriam ter reclamado que, porque “qualquer um pode enxergar” quando, para todos os fins práticos, bastante é o bastante, ninguém é tão cego quanto aqueles que não *querem* enxergar.

Essa versão da tarefa deles explica a razão de suas reclamações de ter que escrever “mais”. Isso também explica a razão da crescente laboriosidade, quando clareza e coisas semelhantes foram progressivamente impostas. Mas isso não explica muito bem a razão da impossibilidade final, pois explica uma faceta da “impossibilidade” da tarefa como a relutância dos estudantes em ir adiante, mas não explica o sentido concomitante, qual seja, o de que os estudantes viam de alguma forma que sua tarefa era, em princípio, irrealizável. Finalmente, essa versão da tarefa deles não explica de forma alguma a reclamação que faziam de que a maneira de realizar a tarefa multiplicava suas características.

Uma concepção alternativa da tarefa pode nos servir melhor. Embora a princípio possa parecer estranho fazê-lo, suponha que descartemos a suposição de que, de modo a descrever um uso como uma característica de uma comunidade de entendimentos, devemos logo de início saber em que os entendimentos comuns substantivos consistem. Junto com isso, descarte a teoria dos signos que acompanha a suposição, de acordo com a qual um “signo” e um “referente” são, respectivamente, propriedades de algo dito e algo falado, e que, dessa forma propõe que signo e referente estão relacionados como conteúdos correspondentes. Ao descartar tal teoria dos signos, nós descartamos também, por consequência, a possibilidade de que uma concordância compartilhada sobre questões substantivas explique seu uso.

Se essas noções forem descartadas, então aquilo sobre o que as partes falaram não poderia ser distinguido de como as partes estavam falando. Uma explicação sobre o que as partes estavam falando consistiria completamente, então, em descrever como as partes estavam falando; em fornecer um método para dizer o que quer que deva ser dito, *como* falar usando sinônimos, falar ironicamente, falar metaforicamente, falar de forma críptica, falar narrativamente, falar de uma maneira questionadora ou como resposta, mentir, explicar, jogar com as palavras, e todo o resto.

Em vez de, e em contraste com, um interesse pela diferença entre o *que* foi dito e *sobre o que* foi falado, a diferença apropriada é entre o reconhecimento de uma comunidade-lingüística de que uma pessoa está

dizendo algo, ou seja, de que estava *falando*, de um lado, e de *como* estava, de outro lado. Então, o sentido reconhecido do que uma pessoa disse consiste apenas e completamente em reconhecer o método de sua fala, em *ver como ela falou*.

Sugiro que não se leia a coluna da direita como conteúdos correspondentes da coluna da esquerda, e que a tarefa dos alunos de explicar o que os interlocutores falaram não os envolva na elaboração dos conteúdos do que os interlocutores disseram. Sugiro, em vez disso, que suas explicações escritas consistiam em suas tentativas de me instruir sobre como usar aquilo que as partes disseram como um método para enxergar o que os interlocutores disseram. Sugiro que eu tenha pedido aos estudantes para me fornecer instruções para reconhecer o que as partes estavam realmente e certamente dizendo. Ao persuadi-los de “interpretações alternativas”, ao insistir que havia ainda ambigüidade, eu os persuadira de que eles tinham demonstrado a mim apenas o que as partes estavam supostamente, ou provavelmente, ou imaginavelmente, ou hipoteticamente dizendo. *Eles entenderam que isso queria dizer que suas instruções estavam incompletas; que suas demonstrações falharam na medida em que suas instruções estavam incompletas; e que a diferença entre reivindicações de “realmente” ou “supostamente” dependiam da completude de suas instruções.*

Vemos agora qual foi a tarefa que exigiu que ele escrevessem “mais”, que achassem que ela era cada vez mais difícil e, finalmente, impossível, e que se tornou elaborada em suas características pelos mesmos procedimentos empregados para fazê-la. Eu lhes havia passado a tarefa de formular essas instruções de modo a torná-las “cada vez mais” precisas, claras, distintas e, finalmente, literais, onde os significados de “cada vez mais” e de clareza, precisão, distinção, e literalidade foram supostamente explicados em termos das propriedades das instruções em si e apenas das instruções. Eu havia solicitado deles que aceitassem a tarefa impossível de “reparar” a incompletude essencial de qualquer conjunto de instruções, não importando o quão cuidadosa ou elaboradamente elas pudessem ter sido escritas. Eu havia solicitado deles que formulassem um método que as partes tinham usado ao falar como regras de procedimento a seguir de modo a dizer aquilo que as partes disseram, regras que resistiriam a todas as exigências de situação, imaginação e desenvolvimento. Eu havia pedido que descrevessem os métodos de falar empregados pelas partes como se esses métodos fossem isomórficos com ações em estrita conformidade com a regra de procedimento



que formulou o método como questão passível de instrução. Reconhecer o que é dito significa reconhecer como a pessoa está falando, ou seja, reconhecer que a esposa, ao dizer “seus sapatos estão precisando urgentemente de saltos”, estava falando narrativa, ou metafórica, ou eufemisticamente, ou em sentido duplo.

Eles se defrontaram com o fato de que a questão de como uma pessoa está falando, a tarefa de descrever os métodos de fala de uma pessoa não é satisfeito por, e não é o mesmo que, mostrar que o que ela fala está de acordo com a regra de demonstrar a consistência, compatibilidade e coerência de significados.

Para a conduta de seus afazeres cotidianos, as pessoas tomam como dado que o que é dito será compreendido de acordo com métodos que as partes usam para compreender o que elas estão dizendo em razão do seu caráter claro, consistente, coerente, compreensível ou engenhoso, ou seja, como sujeito a alguma jurisdição de regras – em uma palavra, como racional. Ver o “sentido” do que é dito é estar de acordo com o caráter “de regra” do que foi dito. “Acordo compartilhado” refere-se aos vários métodos sociais para lograr o reconhecimento do membro de que algo foi dito-de-acordo-com-uma-regra, e não conforme um acordo demonstrável sobre questões substantivas. A imagem apropriada de um entendimento comum é, assim, uma operação, mais que a interseção comum de conjuntos que se sobrepõem.

Uma pessoa fazendo sociologia, seja sociologia leiga ou profissional, pode tratar um entendimento comum como dado concordância compartilhada sobre questões substantivas ao tomar como dada que o que é dito será compreendido de acordo com métodos que não precisam ser especificados, o que quer dizer que precisam apenas ser especificados em ocasiões “especiais”.

Dado o caráter de descoberta daquilo que o marido e a esposa estavam falando, seu caráter reconhecível para ambos acarretava o uso pelos dois e a atribuição de um para o outro de trabalho pelo qual o que era dito é ou terá sido entendido como tendo estado de acordo com sua relação na interação como uma regra invocável de sua concordância, como um esquema gramatical utilizado intersubjetivamente para analisar a fala um do outro, cujo uso estabelecia que eles iam entender um ao outro de forma que eles seriam entendidos. Tal regra estabelece que nenhum dos dois tinha o direito de evocar o outro para especificar como isso era feito; nem que um dos

dois podia reivindicar que o outro necessitava de se explicar.

Em resumo, um entendimento comum, acarretando tal como faz uma trajetória temporal “interna” de trabalho interpretativo, necessariamente possui uma estrutura operacional. Para o analista, desconsiderar essa estrutura operacional é usar conhecimento de senso comum da sociedade exatamente da mesma forma como membros o utilizam, quando precisam decidir o que as pessoas estão verdadeiramente fazendo ou sobre o que elas estão realmente “falando”, ou seja, usar conhecimento de senso comum das estruturas sociais tanto como um tópico quanto como um recurso de investigação. Uma alternativa seria atribuir prioridade exclusiva ao estudo dos métodos de ações combinadas e dos métodos de entendimento comum. Não um método de entendimento, mas incontáveis métodos de entendimento são fenômenos próprios do sociólogo profissional e, até o momento, não estudados e críticos. Sua grande quantidade é indicada na lista interminável de maneiras pelas quais as pessoas falam. Alguma indicação de seu caráter e de suas diferenças aparece nos entendimentos socialmente disponíveis de uma grande quantidade de funções do signo, tais como quando marcamos, rotulamos, simbolizamos, emblematizamos, fazemos criptogramas, analogias, indicações, miniaturizações, imitações, zombarias, simulações - em resumo, quando reconhecemos, utilizamos e produzimos as maneiras metódicas das situações culturais a partir de “dentro” dessas situações<sup>11</sup>.

## Políticas

Que ações práticas são problemáticas de maneiras até agora não vistas; como elas são problemáticas; como torná-las acessíveis a estudo; o que podemos aprender com elas – estas são as tarefas propostas. Eu uso o termo “etnometodologia” para me referir ao estudo de ações práticas de acordo com políticas tais como as seguintes, e aos fenômenos, questões, achados e métodos que acompanham seus usos.

(1) Um domínio infinitamente amplo de situações apropriadas pode ser estabelecido se for utilizada uma política de pesquisa, que, *não importa qual ocasião*, seja examinada pela característica de que “escolha”, dentre alternativas de sentido, de facticidade, de objetividade, de causa, de explicação, de comunalismo de *ações práticas* é um projeto das ações dos membros. Tal política estabelece que investigações de todo tipo que se possa imaginar, da adivinhação à física teórica, reivindicam nosso

interesse enquanto práticas engenhosas socialmente organizadas. Que as estruturas sociais das atividades cotidianas forneça contextos, objetos, recursos, justificações, tópicos problemáticos, etc. às práticas e produtos das investigações estabelece a elegibilidade de nosso interesse por toda maneira de fazer investigações, sem exceção.

Nenhuma investigação pode ser excluída, não importa onde ou quando ocorra, não importa o quão vasto ou trivial seja seu alcance, organização, custo, duração, conseqüências, quaisquer que sejam seus sucessos, sua reputação, sua filosofia ou seus filósofos. Os procedimentos e resultados de feitiçaria, adivinhação, matemática, sociologia – sejam feitos por leigos ou profissionais – são tratados de acordo com a política de que toda característica de sentido, de fato, de método, para todo caso específico de investigação, sem exceção, é a realização gerenciada de situações organizadas de ações práticas, e de que determinações específicas nas práticas dos membros de consistência, engenhosidade, relevância ou reprodutibilidade de suas práticas e resultados – da feitiçaria à topologia – são adquiridas e asseguradas apenas por meio de organizações específicas e localizadas de práticas engenhosas.

(2) Os membros de um arranjo organizado estão continuamente engajados em ter que decidir, reconhecer, induzir ou tornar evidente o caráter racional, isto é, coerente, ou consistente, ou escolhido, ou engenhoso, ou efetivo, ou ordenado, ou instruído de atividades de suas investigações, tais como contar, criar gráficos, interrogar, colher, registrar, relatar, planejar, tomar decisão e todo o resto. Não é satisfatório descrever como procedimentos investigativos reais, enquanto características dos afazeres ordinários e organizados dos membros, são realizados pelos membros como ações reconhecidamente racionais *em ocasiões reais* de circunstâncias organizacionais dizendo que os membros invocam alguma regra para com ela definir o caráter coerente ou consistente ou engenhoso, ou seja, racional de suas atividades reais. Nem é satisfatório propor que as propriedades racionais das investigações dos membros são produzidas pela conformidade dos membros com as regras de investigação. Em vez disso, “demonstração adequada”, “relatório adequado”, “evidência suficiente”, “fala simples”, “dar muita importância ao registro”, “inferência necessária”, “quadro de alternativas restritas”, em resumo, todo tópico de “lógica” e “metodologia”, incluindo também estes dois títulos, são explicações para fenômenos organizacionais. Esses fenômenos são realizações contingentes de organizações de práticas comuns e,

enquanto realizações contingentes, estão disponíveis de várias maneiras para os membros como normas, tarefas, problemas. Apenas dessa forma, mais do que como categorias invariantes ou princípios gerais, eles definem “a investigação e o discurso adequados”.

(3) Assim, uma política condutora é recusar considerações sérias à proposta predominante de que eficiência, eficácia, efetividade, inteligibilidade, consistência, engenhosidade, tipicidade, uniformidade, reprodutibilidade de atividades – ou seja, as propriedades racionais de atividades práticas – sejam avaliadas, reconhecidas, categorizadas, descritas pela utilização de uma regra ou de um padrão obtido fora de situações reais dentro das quais tais propriedades são reconhecidas, utilizadas, produzidas e comentadas por membros das situações. Todos os procedimentos pelos quais propriedades lógicas e metodológicas das práticas e resultados de investigações são avaliadas em suas características gerais são, por regra, de interesse enquanto *fenômenos* para o estudo etnometodológico, mas não o contrário. Atividades práticas organizadas estruturalmente discrepantes da vida cotidiana devem ser encontradas e examinadas em busca da produção, origens, reconhecimento e representações das práticas racionais. Todas as propriedades “lógicas” e “metodológicas” da ação, toda característica de sentido, facticidade, objetividade, relatabilidade, comunalismo de uma atividade devem ser tratadas como realização contingente de práticas comuns socialmente organizadas.

(4) É recomendada a política de que qualquer situação social seja vista como auto-organizadora com respeito ao caráter inteligível de seus próprios aparecimentos, tanto como representações ou como evidências-de-uma-ordem-social. Qualquer situação organiza suas atividades para tornar suas propriedades, enquanto ambiente organizados de atividades práticas, detectável, contável, registrável, narrável, historiável, analisável - em resumo, *relatável*.

Arranjos sociais organizados são compostos por vários métodos para realizar a relatabilidade das formas organizacionais de uma situação como um empreendimento concertado. Toda reivindicação feita por praticantes de efetividade, clareza, consistência, engenhosidade ou eficiência, e toda consideração por evidência, demonstração, descrição ou relevância adequadas obtém seu caráter como um *fenômeno* da busca corporativa desse empreendimento e das maneiras pelas quais vários ambientes organizacionais, por causa de suas características enquanto organizações de atividades,

“sustentam”, “facilitam”, “resistem”, etc. a esses métodos para tornar seus afazeres questões-relatáveis-para-todos-os-fins-práticos.

Exatamente da mesma forma como uma situação é organizada, ela consiste nos métodos dos membros para tornarem evidentes as formas dessa situação como conexões claras, coerentes, engenhosas, consistentes, escolhidas, conhecíveis, uniformes, conexões reproduzíveis – ou seja, conexões racionais. Exatamente da mesma forma como pessoas são membros de acontecimentos organizados, elas estão engajadas em trabalho sério e práticos de detectar, demonstrar, persuadir por meio de imagens nas ocasiões ordinárias de suas interações os aparecimentos de arranjos consistentes, coerentes, claros, escolhidos, engenhosos. Exatamente da mesma maneira como uma situação é organizada, ela consiste em métodos pelos quais seus membros são abastecidos com relatos da situação como eventos contáveis, historiáveis, proverbiais, comparáveis, imagináveis, representáveis – ou seja, relatáveis.

(5) Todo tipo de investigação, sem exceção, consiste em práticas engenhosas organizadas pelas quais as propriedades racionais de provérbios, conselhos parcialmente formulados, descrições parciais, expressões elípticas, observações passageiras, fábulas, contos morais e coisas semelhantes são tornados evidentes, são demonstrados.

As propriedades racionais demonstráveis de expressões indexicais e de ações indexicais são uma realização contínua das atividades organizadas da vida cotidiana. Aqui está o cerne da questão. A produção gerenciada desse fenômeno em todos os aspectos, a partir de todas as perspectivas e em todos os estágios retém o caráter, para os membros, de tarefas práticas sérias, sujeitas a todas as exigências da conduta organizacionalmente situada. Cada um dos artigos, neste volume, de uma maneira ou de outra, recomenda aquele fenômeno para a análise sociológica profissional.

## NOTAS

1 Primeira tradução por Adauto Vilela. Revisão técnica e estabelecimento do texto final por Paulo Cortes Gago (Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFJF) e Raul Francisco Magalhães (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFJF).

2 Agradecemos à prof<sup>a</sup> Dra. Anne W. Rawls da Bentley University que gentilmente permitiu a

publicação sem custos do presente capítulo e ao prof. Dr. Frédéric Vandenberghe do IESP/ UERJ que mediou essa solicitação. Agradecemos especialmente à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFJF, representada à época pela prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Cristina Lobo Name, por ter-nos disponibilizado os recursos públicos necessários para viabilizar a tradução. Pela mesma razão cabe-nos agradecer ao prof. Jessé Souza que fomentou parte desse projeto com recursos do Pronex-FAPEMIG. Agradecemos também ao Prof. Dr. Berthold Öelze, da Universidade de Passau (Alemanha), como um dos incentivadores iniciais do projeto de traduzir para o Português textos essenciais em Etnometodologia por ocasião de sua visita à UFJF, como professor visitante do Departamento de Ciências Sociais, em 2008. Agradecemos por fim à prof<sup>a</sup>. Marcella Beraldo, da comissão editorial da Teoria & Cultura, que acolheu com entusiasmo a idéia de publicar esta tradução.

3 Olaf Helmer and Nicholas Rescher, *On the Epistemology of the Inexact Sciences*, p-1513 (Santa Monica, California: RAND Corporation, 13 de outubro, 1958), p. 8-14.

4 In Marvin Farber, *The Foundation of Phenomenology* (Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1943), p. 237-238.

5 Bertrand Russell, *Inquiry into Meaning and Truth* (New York: W. W. Norton & Company, Inc., 1940), p. 134-143.

6 Nelson Goodman, *The Structure of Appearance* (Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1951), p. 287-298.

7 As referências a seguir contêm relatórios sobre o procedimento de “autópsia psicológica” desenvolvido no Centro de Prevenção ao Suicídio de Los Angeles: Theodore J. Curphey, “The Forensic Pathologist and the MultiDisciplinary Approach to Death,” in *Essays in Self-Destruction*, ed. Edwin S. Shneidman (International Science Press, 1967), in press; Theodore J. Curphey, “The Role of the Social Scientist in the Medico-Legal Certification of Death from Suicide,” in *The Cry for Help*, ed. Norman L. Farberow and Edwin S. Shneidman (New York: McGrawHill Book Company, 1961); Edwin S. Shneidman and Norman L. Farberow, “Sample Investigations of Equivocal Suicidal Deaths,” in *The Cry for Help*; Robert E. Litman, Theodore J. Curphey, Edwin S. Shneidman, Norman L. Farberow, and Norman D. Tabachnick, “Investigations of Equivocal Suicides,” *Journal of the American Medical Association*, 184 (1963), 924-929;

and Edwin S. Shneidman, “Orientations Toward Death: A Vital Aspect of the Study of Lives,” in *The Study of Lives*, ed. Robert W. White (New York: Atherton Press, 1963), reprinted in *the International Journal of Psychiatry*, 2 (1966), 167-200.

8 As combinações possíveis incluem as seguintes: morte natural; acidente; sui cídio; homicídio; possível acidente; possível sui cídio; possível morte natural; (entre) acidente ou suicídio, não determinado; (entre) morte natural ou suicídio, não determinado; (entre) morte natural ou acidente, não determinado; e (entre) morte natural ou acidente ou sui cídio, não determinado.

9 M. Kramer, H. Goldstein, R. H. Israel, and N. A. Johnson, “Applications of Life Table Methodology to the Study of Mental Hospital Populations,” *Psychiatric Research Reports of the American Psychiatric Association*, June, 1956, p. 49-76.

10 M. Kramer, H. Goldstein, R. H. Israel, and N. A. Johnson, “Applications of Life Table Methodology to the Study of Mental Hospital Populations,” *Psychiatric Research Reports of the American Psychiatric Association*, June, 1956, p. 49-76.

11 Esta nota foi provocada pela observação de Monroe Beardsley em “The Metaphorical Twist”, “A virada metafórica”, 1962, dando a entender que não decidimos que uma palavra é usada metaforicamente porque sabemos o que uma pessoa está pensando; antes, sabemos o que ela está pensando porque vemos que uma palavra é usada metaforicamente. Tomando a poesia com base, Beardsley aponta que “as pistas desse fato devem de alguma forma estar no próprio poema, ou raramente seríamos capazes de ler poesia”.